

Financiamento federal no SUS cresceu 16% desde 2021; dado contesta fala de Dário

Por Moara Semeghini

O investimento federal no Sistema Único de Saúde (SUS) em Campinas somou R\$ 529,3 milhões em 2025, um aumento de 16,2% em relação a 2021, segundo nota do Ministério da Saúde enviada ao Correio da Manhã na sexta-feira (20). Já o Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) alcançou R\$ 311 milhões no mesmo ano, valor 11,3% maior do que o registrado em 2022.

As informações foram enviadas após questionamento da reportagem sobre declaração do prefeito de Campinas, Dário Saadi, feita durante a 250ª reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Campinas (RMC), no último dia 18. Na ocasião, o prefeito afirmou que houve mudança no financiamento do SUS ao longo das últimas décadas. “Há 20 anos, cerca de 70% dos recursos vinham do Ministério da Saúde e 30% do município. Hoje, isso se inverteu”, disse.

Questionado, o Ministério da Saúde rebateu a afirmação e informou que não houve redução na participação da União no financiamento da saúde em Campinas. Segundo a pasta, os repasses federais cresceram entre 2021 e 2025, tanto na modalidade fundo a fundo quanto no teto MAC.

O ministério destacou ainda que os recursos são transferidos ao Fundo Municipal de Saúde, e que cabe à gestão local definir sua aplicação. A pasta também afirmou que os valores consideram o fato de Campinas atender pacientes de outros municípios da região metropolitana e do interior. No período, houve expansão da estrutura de atendimento.

Ministério da Saúde investiu R\$ 529,3 milhões em Campinas em 2025

Carlos Bassan/Prefeitura de Campinas



Criança é atendida em unidade de saúde durante rotina do SUS em Campinas

As Equipes de Consultório na Rua cresceram 50%, enquanto as Equipes de Saúde da Família avançaram 21,6%. O número de profissionais residentes mais que dobrou, com aumento de 119,4%.

Na área de investimentos, o governo federal prevê aporte de R\$ 11,8 milhões por meio do Novo PAC Saúde para a construção de unidades básicas no município. Também estão em andamento projetos para três novas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Pedidos do município

O Ministério da Saúde informou ainda que todos os pedidos apresentados pela Prefeitura de Campinas foram considerados habilitados, o que indica aprovação técnica e possibilidade de execução. Segundo a pasta, por

meio do Novo PAC, solicitações feitas por gestores municipais que aderiram ao programa tiveram prazos ampliados e valores atualizados para viabilizar a retomada e conclusão de obras, como unidades básicas de saúde.

Entre as novas propostas selecionadas para o município estão equipamentos para teleconsulta, estruturas para UBSs e a construção de novas unidades.

Crise na rede

A reunião da RMC ocorreu em meio à pressão sobre a rede pública de saúde da cidade. Nas últimas semanas, a UTI adulto do Hospital Municipal Mário Gatti foi fechada temporariamente para novas internações após casos de bactéria multirresistente (KPC). Também foram registrados quadros de superlotação em serviços de urgência e emergência, como no Hospital

de Clínicas (HC) da Unicamp e no atendimento SUS do Hospital da PUC-Campinas, com ocupação acima da capacidade.

No caso do HC da Unicamp, a unidade ficou cerca de 12 meses sem receber repasses do programa SUS Paulista, do governo estadual, acumulando déficit superior a R\$ 100 milhões. Em dezembro, o Estado autorizou o repasse de R\$ 38,4 milhões para cobrir parte dos valores em atraso.

Estado

O governo do Estado de São Paulo informou que destinou R\$ 664 milhões para a saúde em Campinas em 2025. No período de 2023 a 2025, os repasses ao município somaram R\$ 2,47 bilhões, segundo a Secretaria Estadual da Saúde.

A pasta também destacou ações em andamento na região, como a previsão de contratação de procedimentos e leitos por meio de chamamento público - a publicação está prevista para os próximos dias, e o avanço do projeto do Hospital Estadual de Campinas, novo nome dado pelo governo estadual ao já anunciado Hospital Metropolitano.

Saiba o que é:

Equipe de Saúde da Família (ESF): é a estratégia prioritária da Atenção Primária no SUS, focada na prevenção e promoção da saúde. Composta por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem e ACS, ela atua em território definido, assumindo responsabilidade por 2.000 a 3.500 pessoas, oferecendo cuidado contínuo

e integrado. As ESF avançaram 21,6%; segundo o Ministério da Saúde, um crescimento expressivo especialmente no contexto de reconstrução da Atenção Primária à Saúde entre 2023 e 2025.

Consultório na Rua: a estratégia visa ampliar o acesso da população em situação de rua aos serviços de saúde, ofertando, de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. O Ministério da Saúde chama de Consultório na Rua equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades dessa população. Elas devem realizar suas atividades de forma itinerante e, quando necessário, desenvolver ações em parceria com as equipes das Unidades Básicas de Saúde do território. Foi instituído pela Política Nacional de Atenção Básica.

Profissionais residentes no SUS: são médicos ou profissionais da saúde (enfermagem, psicologia, nutrição, etc.) em treinamento de especialização pós-graduada (lato sensu). Eles atuam em serviço, sob supervisão, com dedicação exclusiva de 60 horas semanais, recebendo bolsa-auxílio do Governo Federal, focando na atenção integral e no fortalecimento das redes de saúde.

Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade: Teto MAC é o limite orçamentário mensal definido pelo Ministério da Saúde para o financiamento de serviços especializados do SUS, como consultas, exames, cirurgias e UTI. Estes recursos da União são repassados por meio de transferências diretas, ou seja, de forma automática, aos fundos estaduais, municipais e Distrito Federal para custear o atendimento hospitalar e ambulatorial. O método é automático e regular e foi criado para desburocratizar o financiamento, agilizando áreas como saúde, assistência social e segurança pública, com gestão fiscalizada pelos conselhos locais.

Novo Programa de Aceleração do Crescimento: Novo PAC é um programa de investimentos do Governo Federal, lançado em 2023, que prevê mais de R\$ 1,7 trilhão para obras de infraestrutura, saúde, educação, conectividade e transição ecológica em todo o Brasil até 2026.



Unidade de saúde em Campinas atende pacientes em cenário de alta demanda e pressão no SUS